

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

CRISTINA DOMINGOS MENDONÇA

Graduação em Letras pela Universidade Ibirapuera em 2007; Especialista em Técnicas da Estrutura Gramatical e Textual da Língua Portuguesa na área de Linguística, Letras e Artes em 2011; Professora de Educação Básica em - Emeb Professor Florestan Fernandes e - Emeb Albino de Freitas.



RESUMO

A contemporaneidade trouxe consigo marcantes mudanças em todo o mundo, e na Educação Infantil mudanças na visão de infância, ou seja, um paradoxo na pequena infância, onde está etapa inicial da Educação básica na qual se encontra a Educação Infantil contemporânea. Essa etapa, tornou-se objeto de estudos e pesquisas em todas as áreas: Pedagogia, Psicologia, Neurociência entre outras ciências que procuram entender o comportamento humano, estudos que são capazes de influenciar as experiências de aprendizagens. Contudo, nesta etapa da infância de crianças pequenas é a fase fundamental para muitas aquisições da aprendizagem, entre elas que permitem a compreensão de quais os percursos que a criança realiza para a aquisição da leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Leitura; Letramento; Literatura.

INTRODUÇÃO

A alfabetização é o processo de aquisição de conhecimentos para a codificação e decodificação da língua materna, ou seja, a utilização do código de comunicação, porém, esse processo de aquisição não se restringe somente às habilidades mecânicas (codificação e decodificação), mas envolve também as capacidades de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento.

Sabemos que a alfabetização e letramento são processos diferentes, porém, indissociáveis, a alfabetização é a codificação e a decodificação da língua materna o letramento e a compreensão da língua é a capacidade de analisar, interpretar o conhecimento, portanto, é preciso que a alfabetização seja realizada em um contexto letrado para que o aluno não se torne apenas dominador das habilidades mecânicas, mas que se faça a construção de um efetivo leitor.

Existem elementos construtivos da educação para sociedade que trazem influências na postura das pessoas perante a sociedade e as respostas das ações perante o aprendizado. A leitura e a escrita são um elemento essencial e importante fator que determina a trajetória da pessoa como cidadã dentro da sociedade em que está inserida. O letramento é uma forma aperfeiçoada de garantir a inclusão social e combater problemas sociais/educacionais.

A alfabetização pode ser reconhecida como um processo em que indivíduo não aprende apenas a ler e a escrever, mas também, aprende a ler o mundo, compreender seus sentidos e significados. Pode-se dizer que os aspectos econômicos, culturais e sociais, permeiam as ideias que se pode ter sobre alfabetização. A essas ideias estão relacionados conceitos de escrita, que são influenciados pela sua função social. A função social da escrita contribui para que o aluno resolva questões práticas da vida e interprete as informações que recebe, transformando-as em conhecimentos e ajudando-o a comunicar-se satisfatoriamente.

Conforme Azenha (1997): “Ao ingressar na série onde começa a ocorrer o ensino sistemático das letras, a criança já detém uma grande competência linguística que não é considerada”. Dessa forma, seria adequado supor que ao professor cabe a observação e consideração dessas competências, ou seja, os conhecimentos prévios.

Quando a escola cria condições de oferecer diferentes espaços buscando favorecer os estudantes em relação à aprendizagem, contribuindo para a construção do conhecimento e aprendizagem significativa, nesta perspectiva o ambiente alfabetizador traz diversas possibilidades de interação e aprendizagem.

APRENDENDO E ENSINAMOS

Alfabetizar não é apenas ensinar as crianças a juntar letras ou a reconhecer os sons, não é somente adquirir os mecanismos. É preciso que a criança compreenda que a palavra escrita significa uma ação concreta.

Segundo mostrou a psicogênese da língua escrita, em uma sociedade letrada as crianças constroem conhecimentos sobre a escrita desde muito cedo, a partir do que podem observar e das reflexões que fazem a esse respeito. Em busca de uma lógica que explique o que não compreendem quando ainda não se alfabetizam, as crianças elaboram hipóteses muito interessantes sobre o funcionamento da escrita (WEISZ, 2002, p. 20).

Como afirma a autora, a psicogênese da língua escrita tem mostrado que as crianças constroem conhecimentos sobre a escrita desde pequenas. É importante o professor conhecer as hipóteses que os alunos ainda não alfabetizados têm sobre a escrita, bem como orientar por meio de atividades que favoreçam a criança a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética.

O sistema de escrita alfabética não é um código que se aprende por memorização e fixação, pelo contrário, é um objeto de conhecimento que foi construído socialmente. Os níveis de escrita, segundo a Psicogênese da Língua Escrita: PRÉ-SILÁBICA: o/a alfabetizando/a não compreende

a natureza do nosso sistema alfabético, no qual a grafia representa sons, e não ideias, como nos sistemas ideográficos.

Cruz e Fontana (1996, p. 191), afirma que:

Nesta fase a escrita constitui um sistema independente, mas relacionado ao desenho. Embora as crianças distingam texto de desenho, elas consideram que não se pode ler um texto sem imagens, porque, nesse caso, faltam elementos para poder interpretar as letras, e, ao escrever procuram associar escrita e desenho (CRUZ; FONTANA, 1996, p. 191).

A Hipótese SILÁBICA: divide-se em escrita silábica e escrita silábico-alfabética. Na Hipótese SILÁBICA, a criança supõe que a escrita representa a fala. É a fase que se inicia o processo de fonetização; nesta fase, ela tenta fonetizar a escrita e dar valor sonoro às letras: “Está caracterizado pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita. Nesta tentativa, a criança passa por um período de maior importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 192).

Na Hipótese SILÁBICO-ALFABÉTICA a criança apresenta uma escrita algumas vezes com sílabas completas e outras incompletas. Ou seja, ela alterna escrita silábica com escrita alfabética, pois omite algumas letras:

A criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá mais além da sílaba pelo conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de grafias [...] e o conflito entre as formas gráficas que o meio lhe propõe e a leitura dessas formas em termo de hipótese silábica (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986, p. 196).

A escrita alfabética constitui o final desta evolução. Ao chegar a este nível, a criança já franqueou a “barreira do código”, compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. Isto não quer dizer que todas as dificuldades tenham sido superadas. A partir desse momento, a criança se confronta com as dificuldades próprias da ortografia, mas não terá problemas de escrita, no sentido restrito (FERREIRO E TEBEROSKY, 1985, p. 213).

O artigo 13 da Constituição Federal de 1988 aponta como uma das incumbências dos docentes o cuidado com a aprendizagem dos alunos. Podemos considerar esse cuidado como a elaboração de estratégias e utilização de recursos que possibilitem que os alunos aprendam da melhor forma que lhes convém. Dessa forma, a formação do professor deve atender, segundo o artigo 61 da Constituição Federal, aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como às características do desenvolvimento do educando. Faz-se necessário que o docente esteja preparado para associar conhecimentos teóricos às necessidades do trabalho, ou seja, a prática.

Desde meados dos anos 80, estudos nos informam sobre as hipóteses que as crianças constroem a respeito da língua escrita, tentando compreendê-la. Se até então, o método de alfabetização era o mais importante, pois as questões se reduziam ao como ensinar, essas pesquisas nos levam a refletir sobre como as crianças aprendem a descobrir o que já sabem, para, a partir dessas informações, ensiná-las o que ainda não sabem. Segundo Ferreiro (2001, p. 41),

As mudanças necessárias para enfrentar sobre bases novas a alfabetização inicial não se resolvem com um novo método de ensino, nem com novos testes de prontidão nem com novos materiais

didáticos. É preciso mudar os pontos por onde nós fazemos passar o eixo central das nossas discussões. Temos uma imagem empobrecida da língua escrita: é preciso reintroduzir, quando consideramos a alfabetização, a escrita como sistema de representação da linguagem. Temos uma imagem empobrecida da criança que aprende: Reduzimos um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento para marcar e um aparelho fonador que emite sons. Atrás disso há um sujeito cognoscente, alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu (FERREIRO, 2001, p. 41).

Nesta perspectiva o homem primitivo utilizava o fogo, caça, para assim registrarem seus acontecimentos através de pinturas rupestres (gravuras), não tinham a linguagem como conhecemos hoje, pois representavam sua vivência e necessidades: “Nesta época de escrita primitiva, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-lo, repetindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escreve era apenas um tipo de documento ou texto” (CAGLINI, 1998, p. 14).

Dizer que quem inventou a escrita foi a leitura: um dia numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano [...]” (CAGLINI, 1998, p. 13-14).

O ser humano já em seu primeiro dia de vida interage com o processo de construção, que influenciará em sua alfabetização, pois a assimilação e desenvolvimento fazem parte da leitura do mundo, da necessidade de experimentar, vivenciar e compreender. “quando ela leva um objeto à boca, quando agarra, puxa e encaixam objetos, quando ouve e imita sons etc., ela está lendo” (LIMA, 1996, p. 63).

Percebe-se que a alfabetização é se apropriar do código como um instrumento para ler e escrever, sendo um trabalho em conjunto com a responsabilidade da escola e da família, o processo está situado não só na codificação e decodificação que é interpretar, entender, produzir textos de uma maneira mais abrangente. Segundo dados estatísticos a alfabetização escolar no Brasil vem apresentando dificuldades principalmente com relação aos anos iniciais, o fracasso escolar, expresso na repetência e na evasão escolar tem se tornado um fenômeno recorrente. Reconhecemos que os problemas referentes à alfabetização fazem parte de um conjunto maior, que vão da economia à política social: desigualdades sociais, prioridades de investimentos, formação de professores, gestão educacional e escolar, entre outros (LERNER, 2002, p.73).

Mas, reconhecemos também que a alfabetização, tem recebido contribuições significativas, nas últimas décadas, tanto da Pedagogia como de outras áreas do conhecimento, principalmente, da Psicologia e da Linguística e estes conhecimentos provavelmente, podem ter influenciado o cotidiano dos professores alfabetizadores das escolas (LERNER, 2002, p.73).

De acordo com o processo descrito anteriormente, no início do ano letivo e ao longo do processo de alfabetização, é necessário investigar o que o aluno já sabe e fazê-lo refletir sobre

seus conhecimentos a fim de que avance nas aprendizagens. O aluno é ativo em seu processo de alfabetização, logo é fundamental saber o que pensa a respeito do sistema de escrita, identificando a hipótese na qual se encontra para, a partir dela, conduzi-lo à reflexão e avanço no seu conhecimento. É importante ressaltar que a diagnose deve ser constante a fim de se reavaliar os caminhos de forma a perceber avanços e entraves e pode fazer interferências de forma eficaz. Conhecendo o que o aluno sabe, o professor organizará suas atividades didáticas, formulará perguntas que o ajudará a refletir sobre suas hipóteses e avançar em suas aprendizagens. Interações com os colegas de turma, formando grupos produtivos auxiliam a confrontar ideias e resolver situações conflitantes individuais (FERREIRO, 2001, p. 41).

A palavra letramento é a tradução da palavra inglesa literacy, que é o estado que assume aquele que aprende a ler e escrever e está relacionada com a escolarização e seu sucesso. Sua utilização no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas foi inserido em meados dos anos 80, nos Estados Unidos, e foi utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial para indicar a capacidade de os soldados entenderem instruções necessárias à realização de tarefas militares (PELANDRÉ, 2002).

Vale mencionar que, conforme lembra Tfouni (2005, p. 20), “A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, enquanto, o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. As crianças podem usar recursos da escrita em momentos de fala, mesmo antes de ser alfabetizado, este aprendizado se dá a partir da convivência dos indivíduos (jovens e adultos), com materiais escritos disponíveis e com as práticas de leitura e de escrita da sociedade em que vivem.

Embora diferentes, os processos de leitura e escrita são complementares e centrais à compreensão do conceito de letramento. A pessoa letrada é aquela que possui o conhecimento da leitura, não significando que seja está, alfabetizada, a pessoa que é letrada é a que sabe o que está “vendo”, sabe a língua, mas não sabe interpretar, codificação. Portanto, não basta saber ler e escrever é necessário fazer uso do que se lê e se escreve. Na dimensão social, são consideradas as práticas de leitura e de escrita necessárias aos indivíduos em determinado contexto social. Essas práticas estão associadas ao que uma pessoa faz com as capacidades e as habilidades de leitura e escrita que têm desenvolvidas nas múltiplas situações em que o letramento é requerido (PELANDRÉ, 2002).

De acordo com Ferreiro (2001) a autora afirma que: “a criança deve percorrer quatro etapas da psicogênese da língua escrita, são elas”:

- hipóteses pré-silábica;
- hipótese silábica;
- hipótese silábico-alfabética
- hipótese alfabética.

Uma das fases mais importantes da criança na alfabetização, sem dúvida é a primeira etapa, onde a mesma terá início as letras, aos sons, ao reconhecimento, gráfico, numérico, silábico, pois

na hipótese pré-silábica assim chamada a primeira hipótese da criança, a mesma passa por uma tentativa de escrita, isto é, sua imaginação produz escritas próprias, como as garatujas, com a intenção de passar para o papel algum tipo de registro escrito, até porque não compreende, ainda, que as letras representam sons (FERREIRO, 2001).

Portanto, na última fase chamada hipótese alfabética a autora, afirma que a criança já passou os níveis anteriores e já tem um domínio próprio dos caracteres do alfabeto, conseguindo fazer o uso devido das palavras e suas respectivas letras, sendo assim, uma fase final para um entendimento de formações de letras, com sílabas formando sons e palavras, entendendo a leitura e a escrita (FERREIRO, 2001).

Entretanto, quando o professor tem o domínio e o total conhecimento desses processos de compreensão da criança onde se possibilita ao professor um imenso instrumento para identificar momentos propícios de intervenção e da previsão de quais são os conteúdos necessários para promover avanços no conhecimento, portanto, estes processos de conhecimentos são específicos em razão da fase individual de cada criança, ou seja, cada um necessita do seu momento para ler e escrever, e o momento do professor entender seu desenvolvimento cognitivo e, por consequência, a construção do conhecimento em relação à escrita e leitura, sendo crucial a sua alfabetização, portanto, o papel que o professor desempenha precisa de uma flexibilidade para que possa ensinar de forma a atender as peculiaridades dos seus alunos (FERREIRO, 2001).

A oportunidade de estar em um ambiente planejado e cuidado para elas, pensando de forma humanizadora, buscando ser um espaço de promoção da vida, do crescimento, do desenvolvimento e da aprendizagem, sem perder de vista que isso terá também consequências positivas para todos os demais atores envolvidos nesse processo de promoção/construção da qualidade, no âmbito da instituição educativa e das famílias dessas crianças (SOUZA, 2005, p. 122).

A leitura, como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma, não se decodifica palavra por palavra, não se responde a perguntas de verificação do

entendimento preenchendo fichas exaustivas, não se faz desenho sobre o que mais gostou e raramente se lê em voz alta. Isso não significa que na escola não se possa eventualmente responder perguntas sobre a leitura, de vez em quando desenhar o que o texto lido sugere, ou ler em voz alta quando necessário. No entanto, uma prática constante de leitura não significa a repetição infundável dessas atividades escolares (BRASIL: 1997, p. 41)

Não basta denunciando, como se costuma crer no Brasil, um alto número de pessoas que não sabem ler e escrever (fenômeno a que nos referimos nós, brasileiros, quando denunciemos o nosso ainda alto índice de analfabetismo), mas estão denunciando um alto número de pessoas que evidenciam não viver em estado ou condição de quem sabe ler e escrever, isto é, pessoas que não incorporam os usos da escrita, não se apropriaram plenamente das práticas sociais de leitura e de escrita: em síntese, não estão se referindo a índices de alfabetização, mas a níveis de letramento (SOARES, 2001, p. 22-23)

Assim o indivíduo que tem o acesso aos materiais de leitura e escrita e que faz uso indireta-

mente desse material, de certa forma, ele é letrado:

Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda “analfabeta”, porque não aprendeu a ler e a escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma, letrada (SOARES, 2011, p.24).

O educador tem um papel fundamental de tornar suas aulas desafiadoras e interessantes que promovam pesquisas e descobertas. Essa ajuda concretiza - se por meio de um ambiente rico e variado, que favoreça o aparecimento ou o desenvolvimento daquela aprendizagem e por meio de momentos precisos de organização do conhecimento adquirido. A aprendizagem acontece de maneira eficaz quanto mais à criança tem acesso a esses materiais e as situações de usos da leitura e da escrita, mas ela será levada a construção de seu conhecimento (FERREIRO, 1982/2001).

A impressão que se tem, segundo Ferreiro é que existe um receio de que a criança já saiba muitas coisas a respeito da escrita antes de entrar na escola e, conseqüentemente, este saber iria atrapalhar todo o processo de ensino. A ideia subjacente a esse raciocinar e ainda muito difundida é a seguinte: A instituição social criada para controlar o processo de aprendizagem é a escola. Logo, a aprendizagem deve realizar - se na escola. Para Ferreiro (1982/ 2001):

Nenhuma prática pedagógica é neutra. Todas estão apoiadas em certo modo de conceber o processo de aprendizagem e o objeto dessa aprendizagem. São provavelmente essas práticas (mais que os métodos em si) que tem efeitos mais duráveis a longo prazo, no domínio da língua escrita como em todos os outros. Conforme se coloque a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, e conforme se caracterize ambos, certas práticas aparecerão como “normais” ou

como “aberrantes”. É aqui que a reflexão psicopedagógica necessita se apoiar em uma reflexão epistemológica (FERREIRO, 2001, p.31).

Dentro do processo de ensino-aprendizagem, é preciso que o professor reconheça claramente a importância dos conhecimentos prévios, da autonomia e, principalmente, que tenha conhecimento sobre o que a escrita representa. Bozza (2009) afirma que não é possível o professor oferecer aos alunos aquilo que não tem; isso significa que a efetivação da aprendizagem escrita só se dá a partir do momento em que o professor reconhece o aluno como sua extensão, como aquele que se apropriará do conhecimento a partir de sua mediação. Para que o professor realize essa mediação, deve dominar os conhecimentos acerca da linguagem escrita e da leitura, reconhecendo sua função social, ou seja, a possibilidade de conhecer o mundo, interagir com a realidade e construir a história.

A mesma autora ainda cita a Psicologia Genética de Piaget para fundamentar a compreensão da aprendizagem como processo construtivo e individual, afirmando que “o conhecimento não está nem no sujeito, nem no objeto, mas sim na interação entre ambos”. Construtivo, por acreditar que a criança aprende por suas ações, e individual, pois cada criança aprende a sua maneira, de acordo com seus conhecimentos já edificados, mas, como nos lembra Weisz (1999), com a direção e orientação do professor, como se este fosse um “contrarregra e cabe a ele montar o andaime para apoiar a construção do aprendiz”.

Teberosky e Tolchinsky (1995) apresentaram uma proposta de espaço de reflexão sobre a prática da sala de aula. A ideia desse espaço é experimentar e proporcionar a reflexão sobre novas propostas didáticas sobre a língua escrita, sobre as dificuldades de aprendizagem, as atividades desenvolvidas e seus efeitos. A importância de criar esse ambiente está na interação entre os profissionais, na troca de experiências sobre os resultados do trabalho do educador. Sobre isso, as autoras afirmam:

Partimos da hipótese de que as relações entre o professor e o grupo de alunos, no contexto da classe, estabelecem-se e se configuram de modo relevante através da atividade didática. Os conteúdos e objetivos do ensino, as ideias e atitudes do professor e dos alunos concretizam-se no desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem (TEBEROSKY, TOLCHINSKY, 1995, p. 175).

A falta de uma política realmente comprometida com os resultados faz com que nossas crianças tenham um rendimento insatisfatório, gerando índices alarmantes como os apresentados até agora.

Segundo Soares (2003, p.14) “Nenhum progresso nas últimas décadas. Somos um país que vem reincidindo no fracasso da alfabetização.” Para reverter esta situação, é imprescindível que medidas imediatas sejam tomadas em relação à educação brasileira.

Assim sendo, devemos olhar de uma forma diferente para a Educação Infantil, já que até pouco tempo esta fase escolar era vista pela comunidade como “a fase da brincadeira”, ou a fase da “adaptação escolar” (grifo meu). Porém é de grande relevância que se deva considerar esta, como fase mais importante na Alfabetização e no Letramento na vida do educando.

Cabe aos educadores planejar com cuidado momentos de contato prazeroso e eficiente com a leitura e a escrita. Quanto maior o contato, mais interesse, curiosidade infantil sobre o mundo letrado e maior significado a escola terá para esta criança.

Diante das práticas de ensino até hoje utilizadas, sejam as restritas ou aos velhos métodos de alfabetização, busca-se o ideal que seria alfabetizar letrando, considerando desde a Educação Infantil, os primeiros traços, atentando-se para colocar estas crianças em contato direto com a escrita, para que esta nova geração tenha condições de destacar-se na sociedade, sendo capaz de transformar sua realidade social e econômica.

É muito comum que as pessoas associam o letramento à escolarização, mas aquelas pessoas analfabetas poderão ser letradas. A escolarização se dá quando foi possível o acesso à escola, já o letramento ocorre com base em necessidades e experiências vivenciais do dia-a-dia.

Portanto um analfabeto poderá ser letrado, o que não quer dizer que ele de alguma forma não tenha estudado. De acordo com o autor muitos locais poderão proporcionar o letramento, como as atividades de uma Igreja, no bar da esquina numa roda de amigos (as), no trabalho, no sindicato, no ônibus etc. Mas como isso ocorre? É simples, quando há uma determinada necessidade o ser humano tem a capacidade de criar condições para se integrar ao meio:

“O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas

sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet” (KLE

A observação e análise do que as crianças escrevem deixam claro que elas também querem utilizar o código escrito e quando elas pegam lápis e papel para imprimir marcas, imitando a escrita, elas estão se aventurando no mundo do ler e escrever. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil traz como objetivos da linguagem escrita para a criança desta faixa etária os seguintes tópicos:

- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas.
- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário.
- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional.
- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano (RCNEI, 1998).

Diante do exposto no documento oficial, a aventura precisa ser valorizada e patrocinada por meio de um ambiente alfabetizador, o objetivo é pensar em ambientes onde o contato com material escrito aconteça, espaços onde se possa folhear um livro emitindo sons e gestos, escrever em blocos de papéis, utilizando-se da caixa de recados, etc. O gosto e o prazer pelo mundo letrado serão incentivados e as condições de exploração deste universo, serão garantidas por meio de uma prática reflexiva de um educador que vê e escuta as necessidades de seus alunos (RCNEI, 1998).

Nessa convivência, elas vão construindo sua alfabetização e seu letramento: seu conceito de língua escrita, das funções do ler e escrever, seu conhecimento de letras e números [...] Além dos conceitos e conhecimentos, as crianças também vão construindo, em seu contexto social e familiar, o interesse pela leitura e pela escrita, bem como o desejo de acesso ao mundo da escrita (REVISTA PÁTIOEDUCAÇÃO INFANTIL- Ano VII - Nº 20- Jul/Out 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos conhecimentos prévios do aluno, o professor oportuniza o estabelecimento de relações, de maneira significativa, entre o que conhecem e o que irão conhecer, pois os conhecimentos prévios são a base que sustentam a construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos que as crianças já estabilizaram possuem um caráter particular, por isso, podemos afirmar que o conhecimento é elaborado de maneira muito pessoal, não podendo esse processo ser confundido ou encarado como um processo padrão, que acontece da mesma forma para todos os alunos. Ao professor cabe considerar esse processo explorando as situações que fazem uso da função social

da escrita, questionando e estimulando o raciocínio, e também utilizando-se dessas relações para detectar os conhecimentos que os alunos possuem e que serão envolvidos no trabalho.

Soares (2009) enfatiza que o Letramento pode ser definido como o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e a escrever, ou seja, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita. Neste sentido as práticas de letramento são responsáveis por inserir um grupo ou indivíduo em uma cultura, adquirindo uma condição social e usufruindo da função social da escrita, promovendo relações entre os indivíduos e os contextos e meios sociais:

Tão importante quanto ensinar a ler e escrever é garantir aos indivíduos o acesso as informações e aos livros, o reconhecimento da leitura como um valor, assim como a participação na cultura letrada. Por isso, quando se fala em letramento na perspectiva de grupos sociais, o que está em pauta não é o somatório das capacidades individuais, mas as condições para que a população possa usufruir da circulação dos bens culturais, das possibilidades de recriação do saber e de padrões sociais de valorização do conhecimento (COLELLO, 2010, p. 114 apud Britto, 2003).

O trabalho do professor consiste em propor atividades que permitam à criança manifestar-se por escrito e oralmente de modo livre. A escola deve considerar as práticas de leitura e escrita que são vivenciadas fora do espaço escolar para que as práticas de letramento realmente sejam contextualizadas e não apenas uma forma de aprendizagem em que a escrita e as produções de texto demonstram habilidades e competências totalmente desvinculadas da função social que a leitura e a escrita possuem na vida social e nas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro**, 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 33-45.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BREDA, Tadeu. **O aluno precisa de informação para refletir.** Revista Nova Escola, São Paulo: Abril, n. 22, p.10 – 12, março, 2009.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: o que será que será?** In LEITE, Sérgio Antonio da Silva, COLELLO, Silvia M. Gasparian; ARANTES, Valéria Amorim (org.) **Alfabetização e Letramento: Pontos e Contrapontos.** São Paulo: Summus, 2010.

FERRARI, Márcio. Emília Ferreira: **A estudiosa que revolucionou a alfabetização.**

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 199

SOARES, M. B. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação. Caxambu: ANPED, 2009.

TEBEROSKY, Ana; TOLCHINSKY, Liliana. **Além da alfabetização: A aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

VYGOTSKY, L. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1987.